

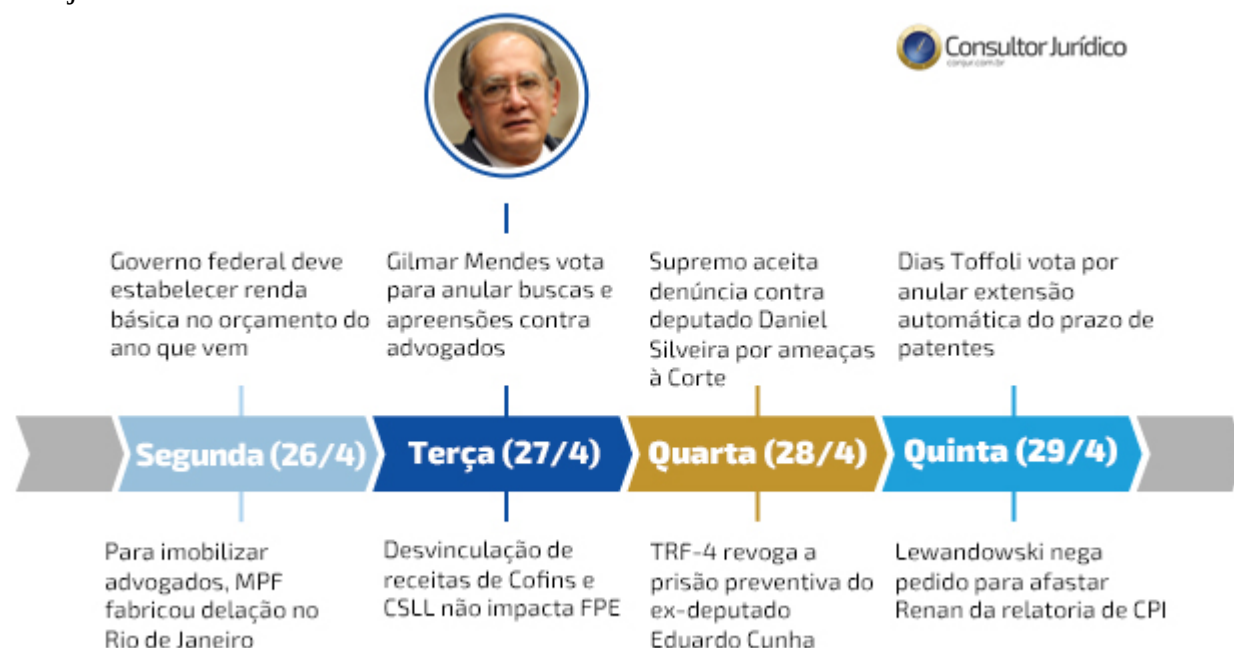
Decisão que acatou denúncia contra deputado foi destaque

Por unanimidade, o Plenário do Supremo Tribunal Federal [acatou](#) na quarta-feira (28/4) denúncia contra o deputado federal Daniel Silveira (PTB-RJ). A Corte, por maioria, manteve a prisão domiciliar do parlamentar e demais medidas cautelares, ficando vencido o ministro Marco Aurélio, que entendeu que elas são incompatíveis com o exercício do mandato.

O parlamentar aliado do governador destituído do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, é acusado pela PGR de praticar agressões verbais e graves ameaças contra ministros do Supremo para favorecer interesse próprio, em três ocasiões; incitar o emprego de violência e grave ameaça para tentar impedir o livre exercício dos Poderes Legislativo e Judiciário, por duas vezes; e incitar a animosidade entre as Forças Armadas e o STF, ao menos uma vez.

Relator da matéria, o ministro Alexandre de Moraes afirmou que há justa causa para o recebimento da denúncia. "Liberdade de expressão não se confunde com liberdade de agressão. Liberdade de expressão não se confunde com anarquia, desrespeito ao Estado democrático de Direito e defesa da volta da ditadura, do fechamento do Congresso e do Supremo Tribunal Federal", opinou.

Conjur



CPI da Covid

Na quinta-feira (28/5), o ministro Ricardo Lewandowski, do STF, [negou](#) pedido liminar dos senadores Jorginho dos Santos Mello (PL-SC), Luis Eduardo Grangeiro Girão (Podemos-CE) e Marcos Rogério da Silva Brito (DEM-RO) contra ato do presidente da CPI da Covid, senador Omar Aziz (PSD-AM), que nomeou Renan Calheiros (MDB-AL) relator da comissão.

O ministro fundamentou a decisão com base em precedentes do Supremo que apontam que é vedado ao Poder Judiciário, substituindo-se ao próprio Legislativo, dizer qual o verdadeiro significado da previsão regimental, por tratar-se de assunto *interna corporis*, sob pena de ostensivo desrespeito à separação de poderes.

TV ConJur

Veja o que foi publicado no nosso canal no Youtube:

[Entrevista com Gilmar Mendes](#)

[Não existe extensão de patentes no Brasil](#)

[Entrevista com Dora Cavalcanti](#)

Frase da semana

"É um verdadeiro paradoxo tentar se utilizar de uma suposta liberdade de expressão e da imunidade parlamentar para atentar contra a democracia e o Estado democrático para defender a volta da ditadura," ministro Alexandre de Moraes em sessão que acatou a denúncia contra o deputado Daniel Silveira por ataques ao Supremo.



Daniel de Macedo
defensor público-geral da União

A estrutura da Defensoria Pública da União é uma das maiores

preocupações do chefe da instituição, **Daniel de Macedo Alves Pereira**, que assumiu a função em janeiro deste ano. Em entrevista ao **Anuário da Justiça Brasil 2021**, o defensor público-geral da União deixou claro o descontentamento com o orçamento destinado ao órgão e fez uma comparação de sua estrutura com a do Ministério Público da União e a da Advocacia-Geral da União.

"A balança do sistema de Justiça está totalmente desequilibrada", avaliou. "Temos, de um lado, uma instituição com 642 defensores atendendo em 70 unidades. Por outro lado, está o órgão da acusação, o Ministério Público, com mais de 1,2 mil procuradores, e para além de 5 mil advogados da União. É óbvio que essa balança está em um desnível", disse.

Para ele, um dos problemas para o crescimento da estrutura de pessoal da DPU é o baixo orçamento. "Nosso teto orçamentário hoje é de R\$ 588 milhões, para quase R\$ 7 bilhões do Ministério Público da União. Quando eu impesso o avanço do orçamento da Defensoria Pública da União, isso significa que eu tenho muitos dados", comentou.

Audiência

De 23/4 a 29/4



2.5 milhões

número de visualizações
de página na ConJur



1.3 milhões

número de visitantes
na página

Fonte: Google Analytics

Com 84 mil leituras, o [texto](#) mais lido da semana trata de decisão do

juiz Douglas Borges da Silva, da 3ª Vara Cível de Barretos (SP), que ordenou que o Banco Safra pare de descontar da aposentadoria de um senhor de 63 anos valores referentes a um empréstimo consignado que nunca foi contratado por ele.

Segundo o juiz, não cabia ao aposentado produzir prova negativa (comprovar que não tinha contratado o empréstimo), o que garante a probabilidade do direito; e haveria risco de dano se as cobranças continuassem.

De acordo com o processo, 29% do benefício previdenciário do idoso passou a ser diretamente descontado a partir de setembro de 2020, quando foi constatada a existência do empréstimo. Até a decisão, o banco havia abatido dos proventos do autor cerca de R\$ 5 mil.



A segunda [notícia](#) mais lida da semana, com 26 mil leituras, informa que cartórios de registro de imóveis devem pagar a cota de participação para custear a criação e implementação do Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis (SREI).

As dez mais lidas

[Juiz suspende cobrança de aposentado por consignado não contratado](#)

[Cartórios têm até 30 de abril para recolher contribuição do SREI](#)

[Publicação de decisão em nome de advogado anterior é nula](#)

[Sem citação de companheira, partilha de bens é nula, decide STJ](#)

[Finalmente o STF resolve eliminar uma taxa indevida!](#)

[Fazer consumidor perder tempo gera indenização por danos morais](#)

[Erro de tradução mobiliza investigações no MPF e no TCU](#)

[Estudante sem exame de ensino médio deve ser matriculado na USP](#)

[MPF fabricou delação no Rio de Janeiro para imobilizar advogados](#)

[Prazo para inscrição do 32º exame de ordem da OAB é reaberto](#)

Manchetes da semana

[De olho em Renan, lavajatistas fazem 10ª operação contra empresário](#)

['A balança do sistema de Justiça está totalmente desequilibrada', diz DPU](#)

[Cabem honorários para a Defensoria em ação contra empresa pública](#)

[Governo deve estabelecer renda básica no orçamento do ano que vem](#)

[STF anula flexibilização de regras ambientais para mineração em SC](#)

[Gilmar tira de Bretas competência para julgar processo contra advogados](#)

[Sem contraditório, condenação baseada em reconhecimento de voz é nula](#)

[STF aceita denúncia contra Daniel Silveira por ameaças à Corte](#)

[Feriado não deve ser equiparado a fim de semana para prejudicar réu](#)

[Toffoli vota por anular extensão automática do prazo de patentes](#)